



ATA

Da 10º Reunião do Conselho Municipal de Transporte e Usuários, Trânsito e Mobilidade Urbana (CMTUTMU).

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Sede da Prefeitura Municipal, às 14:00 horas, reuniram-se os membros e convidados do Conselho Municipal de Transporte e Usuários, Trânsito e Mobilidade Urbana, estavam presentes o presidente Heitor Gonçalves Kayamori, Tathiane Mayumi Yoshida, Osvaldo de Souza Barbosa, Carlos Firmino dos Santos, Vereador Ezequiel Tavares, Tacir José de Lima, Caio Fernando Medvid, Any de Oliveira Brasil Messina, Hassan Jr, Roberto Maziozeki de Oliveira, Pedro Estigarribia Pompílio, Vinicius Eppinger, Marcelo Henrique Lopes, onde todos assinam a presente.

O presidente Heitor inicia a reunião com informações da campanha contra o transporte clandestino de passageiros, a qual no dia 28 de outubro de 2021 foi divulgada no grupo do conselho para instalação do material publicitário nos taxis, porém, não houve comparecimento dos taxistas. O convidado sr. Tacir, diz que não tinha conhecimento da ação, assim a Secretária de Segurança Pública, Any, sugere um chamado para divulgação no grupo dos taxistas; o presidente informa que o material para os ônibus está sendo confeccionado. São explanados assuntos já abordados em reuniões anteriores, sobre competências do Departamento de estradas de rodagem (DER), importância da campanha de conscientização, procedimento e dificuldades da fiscalização do transporte clandestino. Sendo então sugerido pelo Sr. Hassan, ação contra o DER em conjunto com os taxistas, e questiona se a Prefeitura também participaria; o Procurador Municipal, Marcelo, esclarece que a Prefeitura não tem legitimidade para ajuizar ação. O sr. Carlos Firmino sugere a alteração dos locais dos pontos de ônibus, para via paralela à rodovia, com intenção de passar a competência de fiscalização para o município; o Presidente informa que esta solução está sendo estudada pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF), que está elaborando o Plano de Mobilidade Municipal, considerando a realocação de pontos para a via marginal; o sr. Hassan afirma que a realocação, para a marginal, dos pontos onde o transporte clandestino ocorre com maior frequência seria apropriada; o Secretário de Obras,



Pedro, ressalta que há necessidade de verificar se a via marginal está fora da faixa de domínio do DER. O Sr. Tacir sugere ainda a fiscalização pela guarda municipal dos veículos infratores quando acessam as vias dos balneários; porém, a Sra. Any informa que não tem efetivo disponível para esse tipo de abordagem, ainda expõe que após as fiscalizações o transporte clandestino é reduzido e a população reclama, pois considera o transporte público demorado, acrescenta que há o transporte clandestino porque há a demanda, mas não é um serviço seguro, por isso a necessidade de conscientização dos usuários; o sr. Tacir acrescenta que o serviço clandestino cobra preços exorbitantes, e há coação dos passageiros, exemplifica os veículos Prisma vermelho e Onix branco, esse último notificado em ação anterior, informa a Sra. Any; o Sr. Roberto explica que as multas são vinculadas ao CPF do proprietário do veículo, o Sr. Hassan expõe que seria eficiente se fossem vinculadas ao veículo, impedindo o licenciamento do mesmo; o Sr. Osvaldo informa que a publicidade de serviço de transporte clandestino continua no posto de saúde, conforme citado em reunião anterior; o Sr. Firmino solicita divulgação posterior das fiscalizações no grupo, para conhecimento dos membros, Any informa que houve erro em não informar o grupo do Conselho, sendo informado o grupo de Secretários; o sr. Osvaldo critica as condições das pavimentações; o sr. Hassan cita que o Plano de mobilidade traz resultados, assim, o Presidente complementa que o plano está considerando as condições de pavimentação, estuda a reestruturação da hierarquia de vias, locais de pontos de ônibus e a padronização dos mesmos, mas as ações de curto prazo são previstas para realização em até dois anos, isto é, não estarão implantadas para a próxima reunião; o Sr. Pedro informa que a primeira licitação para pavimentação foi deserta, com o segundo procedimento licitatório a contratada está aguardando tempo sem chuva para iniciar o serviço, ressaltando que houve apenas uma empresa participante da licitação. Seguindo a pauta, inicia-se a discussão sobre a concessão de auxílio à empresa Oceânica Sul Transportes Ltda, o vereador Ezequiel faz a leitura do artigo 3º da Lei 2.142/21, e informa que houve o aporte nos meses de abril até agosto, totalizando cinco parcelas e não houve pagamento, como alegado pelo sr. Hassan, das duas últimas solicitações protocoladas na Prefeitura; o Vereador Ezequiel esclarece que a continuidade dos aportes depende de votação do conselho pela prorrogação e



encaminhamento à Câmara Municipal; o sr. Hassan afirma que o método de cálculo do prejuízo não foi alterado, e que apenas na quarta parcela foi questionado, sendo solicitada a apresentação de notas fiscais, as quais foram apresentadas, porém, em nome do Grupo Araucar, empresa da qual a Oceânica Sul faz parte; comenta sobre o assunto tratado em reunião anterior sobre a apresentação de nota incorreta, porém, que não teve o valor computado; e cita a pendência de pagamentos do ano de 2020, e que por ser exposto em reunião do Conselho aguardava regularização e não seguiu para ação judicial mas precisa que sejam realizados; informa ainda que houve queda no prejuízo com o retorno às aulas, mas ainda continua em déficit, citando a quantidade de passageiros não pagantes (especial e idoso), pagantes de meia passagem (estudantes) e os pagantes de inteira, e exemplificando a forma de contrato da cidade de Guaratuba realizada por quilometragem percorrida e não por quantidade de passageiros, e na qual a receita de bilhetagem é repassada ao Município; o Sr. Marcelo sugere uma planilha para levantar o custo por quilômetro; o Presidente sugere então que sejam analisados outros modelos de contratos; o Sr. Pedro questiona sobre o resultado das alterações de rota do transporte público, o sr. Hassan informa que há desembarque nos novos pontos, mas não o embarque de passageiros, porém, é prematuro retornar à rota original, e trará na próxima reunião o custo dessa alteração; para a abertura da votação pela prorrogação dos aportes à empresa Oceânica, é apresentado o Decreto nº9.900 de setembro de 2021 com a nomeação dos membros do conselho para a verificação dos votantes, sendo esclarecido que é considerado apenas um voto por grupo, havendo na data de hoje dois representantes dos Usuários; o sr. Pedro anuncia então sete votos; todos votam a favor da prorrogação das transferências de aportes financeiros, mantendo o valor aprovado anteriormente, de teto de R\$40.000 (quarenta mil reais) mensais por 05 (cinco) meses, sendo 02 (dois) pedidos já protocolados. O sr. Firmino informa que após solicitação em reunião, foi instalada a placa de sinalização vertical próximo ao posto de saúde de Shangri-lá

Nada havendo mais para tratar, a comissão deu por encerrada a presente reunião às 15h40min, quando foi marcada a próxima reunião para dia 01 de novembro de 2021, quarta-feira, às 14h00min.